

# Algumas considerações sobre instituições de formação e “análise didática”<sup>1</sup>

Robson Thiago Barbosa Nakagawa,<sup>2</sup> São Paulo

Gostaria de agradecer à comissão editorial do *Jornal de Psicanálise* pelo convite ao lançamento de mais um número e pela participação desta mesa, cujo tema de discussão considero de grande importância. Penso que esta é uma oportunidade, sobretudo para os membros filiados, de refletirmos sobre aspectos centrais da formação, pois tenho a impressão de que infelizmente estes não são discutidos adequadamente entre nós.

Como somos mais de 300 analistas em formação, acredito que cada um deva possuir uma história e um ponto de vista com o qual poderia contribuir para essa discussão. São testemunhos do vir a ser psicanalista nos dias de hoje em uma realidade como a de São Paulo, capazes de evidenciar pontos a serem aprimorados, reforçados ou mais bem compreendidos sobre nosso modelo de formação. Acredito ser importante também considerar a perspectiva das outras gerações, auxiliando-nos a contextualizar melhor o percurso que tomou a formação no nosso instituto através dos anos.

Parece-me que o tema formação é sempre uma quimera, independentemente da área. Freud já nos alertara em outros tempos para os desafios do educar e do governar, ademais do psicanalisar.

Na melhor das hipóteses, há sempre anseios pessoais e institucionais de que a formação seja capaz de oferecer elementos suficientes para o desempenho satisfatório da profissão. Esses anseios não apenas existem, como acredito serem indispensáveis, formando uma espécie de narcisismo primário no âmbito da realização profissional.

Nesse sentido, a formação não deixa de ser uma aposta em um projeto, visando um fim desejável, que, na maioria das vezes, não é fácil mensurar. Poderíamos nos questionar se idealizamos demais o processo, se

1 Este texto foi apresentado no evento de lançamento do n. 103 do *Jornal de Psicanálise*, em março de 2023.

2 Membro filiado ao Instituto Durval Marcondes da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP).

sufocamos os aprendizes, se menosprezamos algo, e considerar o que só se pôde perceber *a posteriori*. Não sei se é possível ter respostas precisas.

É necessário considerar as individualidades nesse processo, mas um projeto também precisa estar baseado em certos princípios norteadores, para que ele efetivamente aconteça. Esse é um campo de tensão natural, cujas mudanças e permanências em seu desenvolvimento constituem o campo da práxis.

Temos em mente que existem formações tão burocráticas, que exigem de seus membros em formação contrapartidas que, na maioria das vezes, não são possíveis. Além disso, sabemos de formadores perversos ou cruéis, que gozam do sofrimento dos novos colegas, ou que os usam como meios para ganhos estritamente narcísicos e pessoais. Isso pode ocorrer até mesmo em instituições sérias.

Em uma certa época cogitou-se que o Conselho Federal de Psicologia devesse criar um sistema de validação semelhante à prova da OAB. A resposta não foi diferente da esperada: que o currículo da graduação deveria ser discutido, desenvolvido e corresponder à realidade dos problemas brasileiros; que deveria auxiliar o aluno a desenvolver não apenas habilidades teóricas e técnicas, mas o senso crítico e valores éticos condizentes com a profissão.

A resposta é bonita. Estamos todos de acordo, mas na prática é outra coisa. Surge a pergunta: o que é relevante, imprescindível e essencial em uma formação adequada? Adequada em quê? A qual ou quais realidades? Já que a realidade brasileira é plural, diversa e desigual...

Como percebemos, não seriam exclusivos da psicanálise os problemas relativos à formação. Temos que nos haver com isso e perceber nossas limitações. No entanto, este é um dos poucos campos do conhecimento que exigem de seus novos membros que se submetam ao mesmo processo que buscam, em seus estudos, aplicar. Com isso chegamos ao tema da “análise didática”.

Parece-me quase unânime os analistas estarem de acordo com a análise ser fundamental para a formação. Digo “quase” porque suspeito de que haja discordâncias. Pode soar radical, mas nossa história recente demonstra que é possível eleger democraticamente pessoas que discordam da democracia, responsáveis por direitos humanos contrários aos direitos humanos etc. Desconfio que essas pessoas nem sabem que pensam assim.

O que tenho percebido é que o tema da análise didática, em muitas situações, acabou sendo eleito como terreno de controvérsias maiores e mais

complexas. Uma espécie de guerra das Malvinas das instituições psicanalíticas. No melhor dos cenários, se nossa capacidade de pensar não estiver totalmente prejudicada, podemos tomar isso como um sintoma a fim de elucidar os conflitos subjacentes. Talvez os membros filiados ocupem uma posição privilegiada para fazer isso, caso não estejam demasiadamente contaminados com visões preestabelecidas.

Muito se diz sobre a coerência dessa modalidade de análise, suas exigências, frequências, eficácia, e também a respeito do poder do didata sobre o membro filiado etc. Penso que a agravante que faz da análise didática um ponto sensível institucionalmente é que, além de ser o principal vetor da experiência com o inconsciente, ela ocorre totalmente no plano privado. Não penso que deveria ser diferente. Em contrapartida, sob uma esfera mais pública, desenvolvem-se os seminários teóricos, clínicos e, em alguma medida, as supervisões.

Nesse sentido, eventos como o Congresso Interno de Atibaia são oportunidades frutíferas, quando bem organizados, para uma espécie de “escuta do chão de fábrica”, como propõe Christophe Dejours. Noto que as discussões ali tratadas podem contribuir para dar materialidade a questões que atravessam os conflitos e incertezas institucionais, ainda que não as resolvam. Acredito que assim deveriam ser os debates.

Com base na leitura de suas atas, minha mente foi para o artigo de Bernard Chervet (2022), publicado nessa mesma edição do *Jornal de Psicanálise*. Percebo ali que o autor desenvolve uma perspectiva capaz de auxiliar-nos a fazer uma singela análise dos movimentos e pressões internas dentro do ambiente institucional.

De acordo com a descrição que ele faz, é possível observar a ação de duas tendências opostas no contexto dos institutos de formação e das sociedades de psicanálise. No primeiro caso, as manifestações se refeririam a posicionamentos que buscam “priorizar o desejo, sobrepondo-o ao eu”. Nesse sentido, encontraríamos propostas que defendem uma “pulsionalidade livre”, mas “culminando em nada”.

Em contrapartida, no segundo caso, as intervenções estariam relacionadas a posicionamentos em que a “processualidade controlaria as pulsões, impedindo o advento de qualquer novidade”. Nesse caso, as propostas se baseariam na “prevalência das instituições do eu regulando o desejo”.

O conflito entre essas duas tendências, aponta o autor, se dá entre a “lógica da histérica e a lógica do obsessivo”. A meu entender, um que

compulsivamente questiona, buscando provocar falta, e outro que obsessivamente controla, inibindo movimentos espontâneos de criatividade. Penso que essa é uma imagem importante, que corresponde, pelo menos no meu ponto de vista, ao que percebo da dinâmica dos movimentos institucionais e do exposto nas discussões do Congresso de Atibaia.

No plano da governança, poderíamos imaginar um extremo no qual se situaria a primazia da liberdade individual. Algo semelhante ao modelo econômico neoliberal, no qual tramitam pautas importantes de representação, diversidade e mobilidade de pensamento, mas abrindo margens e precedentes a uma possível desarticulação de qualquer coesão institucional. Seria uma psicanálise legitimamente comprometida com questões importantes da atualidade, porém, gerida de tal modo, que sua epistemologia acabaria por ser reduzida a um anseio pela (pós)modernidade.

O limite da aplicação desse tipo de posicionamento está expresso nos inúmeros cursos livres de formação psicanalítica disseminados hoje em dia, bem como nas variadas atividades teóricas de psicanálise associadas a temas contemporâneos, oferecidas sobretudo no universo acadêmico. Soa como um vale-tudo no qual bastaria o estudante reconhecer-se (por conta própria), na sua função de analista, para se assumir psicanalista. Pairariam no ar a crítica e aversão a qualquer forma de controle ao fazer psicanalítico.

Em contrapartida, no outro extremo teríamos uma centralização de poder e controle institucional que cercearia qualquer expressão de liberdade individual. Se assemelharia a um modelo totalitário ou ditatorial, no qual as pautas visariam conservar o *status quo* e a ideia de “pureza da psicanálise” em seu modo ideal, desconsiderando variáveis culturais, sociais e temas relevantes da atualidade. É um modelo que, em nome da “transmissão da verdadeira psicanálise”, exigiria considerável submissão dos novos membros. Nesse contexto, qualquer proposta de desenvolvimento teórico e técnico seria vista com base em traços persecutórios, de modo que se imporiam a essas formas inerentes de evolução do campo extensos processos burocráticos de validação. Em última instância, a finalidade desses processos seria manter as coisas como estão.

Nesse caso, a figura do analista didata surgiria como privilegiada para concentração de poder, pois supostamente ele teria dentro de si a “verdadeira psicanálise”. No entanto, é preciso considerar que nas tendências opostas também reconheceríamos lideranças que concentram poder. Em geral, tenho a impressão de que são personagens intelectuais que, tal

como líderes carismáticos, exercem grande influência sobre os membros, sobretudo com base em suas críticas a formas de “conservadorismo” das instituições psicanalíticas. Em alguma medida, Lacan foi eleito esse personagem em muitos círculos.

Penso que os posicionamentos dos colegas não apenas estão dispersos entre esses dois extremos citados, como até mesmo deve haver uma oscilação de opinião no percurso de cada um ao longo do tempo. O grande desafio, no entanto, é pensarmos o poder da instituição sobre seus membros, tal como em um regime democrático. Ou seja, pensar em formas de organização comprometidas tanto com as condições de segurança da psicanálise e dos psicanalistas, como também com o exercício da liberdade de seus membros.

Nesse contexto, acredito ser fundamental pensarmos a respeito de nossas transferências com a instituição da qual fazemos parte e com o modelo de formação que ela propõe. Em que medida podemos inconscientemente estar idealizando-a e negando aspectos importantes dela? De que modo a enxergamos como uma vilã e a atacamos? De que maneira invejamos e depreciamos aquilo que poderia ser benéfico? Quais aspectos edípicos entram em cena quando julgamos que determinadas coisas estão ultrapassadas? E assim por diante.

Esses questionamentos não são fáceis, incomodam nosso princípio de prazer, mas enriquecem nossa formação e nossa vida institucional.

No meu entendimento, se ainda existe preocupação em regular as análises didáticas, pelo menos no plano da frequência, da filiação do analista e de sua função de didata, isso se deve a três pontos principais, embora discutíveis:

1. consideração pela importância do aprofundamento na experiência emocional facilitado pela análise de alta frequência, bem como pelas resistências internas a esse tipo de contato;
2. tentativa de preservar os novos membros de possíveis conclusões perversos que ocorrem em um plano no qual a instituição não é capaz de apurar os fatos;
3. valorização de uma experiência de análise dentro de uma determinada cultura analítica institucional.

Para finalizar gostaria de compartilhar uma experiência pessoal que ocorreu durante a semana que precedeu esse nosso encontro.

Eu vinha seguindo minha análise didática como de costume, com certa convicção quanto à importância dela em minha vida. Ao ler os textos do *Journal*, conversar com colegas e refletir sobre esses temas, comecei a pôr em xeque algumas impressões e posicionamentos próprios. Em determinado momento me peguei falando, deitado no divã: o que estou fazendo aqui? Será que eu realmente estou aqui por interesse próprio ou porque é uma exigência da formação? Sinto liberdade em conversar sobre isso com minha analista. A conversa evolui e chega ao episódio em que minha antiga analista didata se aposentou. Ela já estava com idade avançada e precisou interromper os atendimentos durante a pandemia por motivos de saúde. Eu dou-me conta de que ainda não tinha processado essa mudança e ruptura repentina. Emociono-me. Vejo-me sendo capaz de pensar nas transferências que tinha com essa antiga profissional, que até mesmo envolvia o meu sentido de tornar-me psicanalista. Sou grato a minha atual analista por não ter interferido na minha descoberta.

Termino a sessão com a impressão de que a análise didática realmente é diferente da análise por livre demanda, no entanto, isso não a torna de maneira alguma menos analítica. Ela tem um viés que está relacionado com a possibilidade de introjeção de elementos que permitam o desenvolvimento da mente analítica. Mas, de certa maneira, toda análise possui um viés que é trazido para a relação analítica.

Noto que precisei pensar, sentir e questionar a função dessa análise, para que ela pudesse ter um sentido mais genuíno para mim. Essa foi, portanto, uma experiência pessoal e didática, que acredito ser vital na formação psicanalítica.

Ao aproximar-se das discussões sobre as variantes dos modelos de formação psicanalítica, é possível perceber que cada proposta (modelo francês e uruguaio) surgiu em função de certos contextos históricos, sociais, culturais e institucionais, e para solucionar problemas e impasses específicos, relacionados à formação em determinado instituto psicanalítico. Desse modo, não é possível considerar que um modelo seja melhor que outro, nem tampouco que um possa ser rapidamente substituído pelo outro, pela simples insatisfação.

Ademais, pensar na dinâmica do modelo Eitingon na cidade de São Paulo é muito diferente de pensá-lo em uma sociedade menor ou em uma cultura diferente da nossa, por exemplo. A realidade onde estão inseridos a

instituição e seus membros precisa ser considerada, pois reflete diretamente no funcionamento do modelo.

Podemos questionar a forma pela qual ele está sendo implementado, as ideologias que estão sendo transmitidas com base nele, suas contradições etc., mas também é fundamental avaliar quais fatores contribuem para o desenvolvimento de uma postura, mente e escuta psicanalítica no âmbito da formação.

Nesse sentido, quando vivenciada, discutida e tornada objeto de reflexão, a análise didática parece ainda se manter como principal vetor da experiência de formação.

Espero que esta possa ser uma singela contribuição da minha experiência para nossa discussão de hoje. Tenho certeza de que muitos pontos são discutíveis, mas, se tivermos liberdade para trazer cada contribuição, com certeza algo de construtivo sairá daqui.

### **Referência**

Chervet, B. (2022). Formação psicanalítica com fim e sem fim: transmissão, formação e falta. *Jornal de Psicanálise*, 55(103), 23-44.

Robson Thiago Barbosa Nakagawa  
robson.nakagawa@gmail.com